

FOME ZERO PARA O MUNDO – A DIFUSÃO GLOBAL BRASILEIRA DO PROGRAMA FOME ZERO

Markus Fraundorfer¹

Introdução

O ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) recebeu alguns prestigiados prêmios internacionais² por suas atividades quanto à luta global contra a fome e a pobreza, muito devido aos resultados expressivos do Programa Fome Zero, criado por Lula da Silva em 2003, e que conseguiu reduzir consideravelmente o número de indivíduos vivendo na pobreza no Brasil.

Uma série de atores relevantes na governança global da segurança alimentar, entre eles organizações da sociedade civil (OSCs) e organizações internacionais, parabenizaram a ação brasileira ao enfrentar a fome e a pobreza. Em 2009, ActionAid, uma das mais influentes OSCs na luta contra a fome e a pobreza no mundo, iniciou sua campanha mundial HungerFREE, a qual incluiu a introdução de um placar³ com o objetivo de monitorar a performance dos países em desenvolvimento na luta contra a fome. Através dessas práticas de monitoramento, ActionAid confirmou que a abordagem brasileira na luta contra a fome, sob a forma do Programa Fome Zero de Lula, foi a mais bem-

¹ GIGA – German Institute of Global and Area Studies. E-mail: fraundorfer@giga-hamburg.de.

² Os mais prestigiados exemplos são os seguintes: Medalha Agrícola da FAO (2005), Prêmio pela Paz Felix Houphouët-Boigny da UNESCO (2009), Campeão Global da Luta Contra a Fome da PMA (2010) e Prêmio Mundial da Alimentação (2011).

³ Os indicadores de tal placar incluem os seguintes fatores: (1) compromisso legal com o direito à alimentação, (2) investimento em agricultura, (3) proteção social, e (4) a performance quanto à fome e à nutrição infantil (ActionAid 2009, 5)

sucedida estratégia no mundo em desenvolvimento. Brasil foi colocado em primeiro lugar pela ActionAid tanto em 2009 como em 2010 (ActionAid 2009, 35; ActionAid 2010, 37). A campanha mundial “Grow” contra a fome e a pobreza da Oxfam, inaugurada em 2011, foi profundamente inspirada pela corajosa liderança de Lula e pelo grande sucesso do Fome Zero (Entrevista, 12 de março de 2013).

Hoje, o Programa Fome Zero é reconhecido como um modelo pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) ou pelo Programa Mundial Alimentar (PMA) na questão da luta contra a fome e a pobreza, e o Brasil está engajado na difusão global do conhecimento do Fome Zero ao redor do mundo em desenvolvimento. Neste artigo analisarei os mecanismos criados pelo Brasil a fim de permitir que outros governos e organizações internacionais aprendam com as experiências do Programa Fome Zero.

Primeiramente, apresentarei ao leitor o conceito de governança nodal e explicarei o quão significativa a criação de nós pode ser para governos ao exercitarem a influência na atual rede de governança global. Depois, apresentarei quatro mecanismos que o Brasil veio a criar ao longo da última década a fim de difundir os conhecimentos adquiridos com o Fome Zero. São eles: o Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo, o Centro de Excelência contra a Fome do PMA, o Fundo IBAS e o Fundo Brasil-FAO. Descreverei esses quatro mecanismos como laços essenciais para 1) a estratégia internacional do Brasil em combater a fome e a pobreza e 2) a governança global da segurança alimentar, argumentando que o Brasil tem obtido sucesso ao difundir a experiência do seu Programa Fome Zero através da governança nodal.

O Conceito de Governança Nodal

Burris et al apresentam o conceito de governança nodal como uma “elaboração da teoria contemporânea de rede” (Burris et al 2005, 33). Na governança global atual, redes são mais importantes do que nunca para que os governos exerçam sua influência. Ikenberry e Wright (2008) enfatizam o fato de que a condição “interligada” da governança global e “a complexidade e as características multifacetadas desse sistema aberto e institucionalizado proveem pontos de acesso múltiplo e caminhos para a integração.” (2008, II) Este é o

porquê de eu voltar minhas atenções aos nós como os mais importantes componentes dessas redes globais. Em sentido similar, Castells sublinhou que “[uma] rede não tem centros, apenas nós” (2004, 3), e especificou:

“Nós podem ser de variada relevância para a rede. Os nós aumentam suas respectivas importâncias para a rede ao absorverem informações mais relevantes e processando-as de forma mais eficiente. A importância relativa de um nó não se atém às suas características específicas, mas também abrange sua habilidade em contribuir para os objetivos da rede.” (Castells 2004, 3)

Nesse contexto, Hein, Burris e Shearing (2009) apresentam o conceito de governança nodal como um útil modelo conceitual que “fornece uma ferramenta para caracterizar a distribuição de poder em sistemas dinâmicos de governança policêntrica” (2009, 82). Os nós são lugares dentro da governança global onde são compartilhadas as seguintes quatro características (Burris et al 2005, 37-38):

- Um modo de pensar (mentalidades) sobre as questões que o nó acaba por governar;
- Um conjunto de métodos (tecnologias) para exercer influência sobre o curso de eventos em questão;
- Recursos para apoiar a operação do nó e o exercício da influência; e
- Uma estrutura que permita a mobilização direcionada de recursos, mentalidades e tecnologias ao longo do tempo (instituições).

Ao trazer em conjunto diversas redes, a performance generalizada de um nó pode variar, a depender do número de atores que dispõem de uma quantidade específica de recursos a fim de se engajarem na criação de um aparato institucional (2005, 38). Na mesma corrente, vários nós juntos podem estabelecer uma rede que pode vir a resultar no estabelecimento de outros nós (supraestruturais) ainda mais fortes em exercer influência, graças ao maior número de recursos e ao aparato institucional mais consolidado à disposição (2005, 38-39). Nesse sentido, os nós variam em força institucional, recursos, métodos e mentalidades, a depender das ações de seus atores e as ligações com outros nós ou redes (2005, 39).

Castells adiciona o aspecto do poder envolvido na coordenação nodal ao enfatizar que “um nó é capaz de concentrar poder na forma de recursos, discursos, instituições e métodos que então podem ser usados por um ou mais atores para alcançar resultados específicos ou impedir que outros atores atinjam resultados específicos.” (Castells 2004, 3).

Os esforços nodais de criação do Brasil na luta global contra a pobreza e a fome

3.1) O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Primeiros passos de um centro internacional de pesquisa para o estudo da pobreza

O Centro foi oficialmente lançado em 2002 como Centro Internacional de Pobreza (IPC), no Rio de Janeiro – transferiu-se para Brasília em 2004 – e tornou-se o primeiro órgão das Nações Unidas com um mandato global em solo brasileiro, como resultado de uma parceria entre o governo brasileiro e o UNDP (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) (MRE 2002; site do IPC-IG).

A parceria se focava no acordo de cooperação entre UNDP e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), um *think tank* do governo brasileiro internacionalmente reconhecido por seus estudos científicos sobre pobreza e desigualdade (MRE 2002). Consequentemente, o principal objetivo do Centro consiste em avaliar políticas de combate a pobreza estabelecendo linhas de pobreza nacionais e buscando maneiras de mensurar crescimento (Entrevista, 27 de fevereiro de 2013). O Centro possuía uma função de natureza puramente técnica, garantindo pesquisa científica e estabelecendo redes de conhecimento sobre várias formas de medir-se pobreza e crescimento (MRE 2002; Entrevista, 27 de fevereiro de 2013).

Três anos depois, contudo, o significado do Centro mudou a partir de um projeto de pesquisa financiado pelo *Department for International Development* (DFID), do Reino Unido, sobre o impacto do Programa Bolsa Família nos níveis de pobreza e desigualdade no Brasil (IPC-IG 2008). Um dos

representantes do Centro envolvido neste estudo⁴ enfatizou que a evidência científica do sucesso do Bolsa Família na redução da pobreza e desigualdade atraiu a atenção de várias organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial - o qual, no começo, criticava o Bolsa Família (Entrevista, 27 de Fevereiro de 2013). O resultado científico impressionante levou ao aumento do reconhecimento internacional do Centro e do programa Bolsa Família, o qual começou a envolver o Centro com o intuito de transferir o conhecimento do Bolsa Família para outros países na África, exemplificado pelo Programa África-Brasil de Cooperação em Desenvolvimento Social.

O Programa África-Brasil de Cooperação em Desenvolvimento Social foi oficialmente lançado em 2008, envolvendo o Centro, o Ministério Brasileiro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o DFID britânico. Todo o programa evoluiu a partir de uma antiga parceria entre o MDS e o DFID, cujo objetivo era familiarizar seis países africanos (Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, África do Sul e Zâmbia) com o Programa Bolsa Família do Brasil (MDS 2008; IPC-IG 2008). Quando, neste processo, a parceria auxiliou Gana a desenvolver seu próprio programa de transferência de renda, conforme o modelo brasileiro do Bolsa Família, a parceria foi estendida para tornar-se o Programa África-Brasil de Cooperação e passar a responder à demanda de outros países africanos no desenvolvimento de programas de transferência de renda (IPC 2008).

Todo o programa se focou no benefício de compartilhar conhecimento complementado por cooperação técnica através da participação de representantes do governo brasileiro em encontros de especialistas regionais na África⁵, viagens de representantes de governos africanos ao Brasil e esforços de aprendizagem a distância de maneira a familiarizar ainda mais os participantes africanos com a experiência do Brasil em sua Estratégia Fome Zero, em esquemas de proteção social específicos e programas de transferência de renda

⁴ Ver o sumário do estudo publicado em 2007 em: Veras Soares, Fábio; Perez Ribas, Rafael; e Rafael Guerreiro Osório. 2007. "Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Familia: Cash Transfer Programmes in Comparative Perspective". *IPC Evaluation Note 1*. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCEvaluationNote1.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2013.

⁵O Centro era responsável por organizar a participação de oficiais do governo brasileiro nas reuniões de especialistas regionais (Entrevista, 27 de fevereiro de 2013).

(MDS 2008; IPC-IG 2008).

A expansão das responsabilidades do Centro – Aprendizado Sul-Sul

Até o momento as atividades do Centro haviam se focado meramente em países de baixa e média renda do mundo em desenvolvimento, particularmente a África. A nova reputação do Centro, baseada na força de suas próprias pesquisas, atraiu a atenção do governo brasileiro o qual, em 2009, assinou um segundo Memorando de Entendimento com o UNDP, expandindo ainda mais as responsabilidades do Centro. Tendo seu nome original modificado de Centro Internacional de Pobreza (IPC) para Centro Internacional de Políticas de Desenvolvimento Inclusivo (IPC-IG). O novo Memorando de Entendimento visava incrementar a estrutura institucional do Centro, expandindo seus tópicos e fortalecendo o aprendizado Sul-Sul, em particular com outros grandes países de economia emergente como Índia, Rússia e China (MoU 2009; Entrevista, 27 de fevereiro de 2013).

Os atores ligados ao governo brasileiro incluíam o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). No UNDP, o Grupo de Pobreza da UNDP, do Escritório de Políticas para o Desenvolvimento, é responsável pela colaboração com instituições brasileiras⁶.

Na área de Cooperação Sul-Sul o Centro estabeleceu uma plataforma online colaborativa chamado Portal de Aprendizado Sul-Sul sobre Proteção Social, de maneira a facilitar políticas de diálogo e compartilhamento de conhecimento⁷. Este portal conecta o Centro a outros parceiros incluindo centros de pesquisa, agências da ONU, agências de desenvolvimento e plataformas de comunicação⁸. Ainda, o Centro cria ligações com outras economias emergentes através do Diálogo IBAS e do BRIC(S)⁹. Dentro do contexto do IBAS, o Centro se liga intimamente ao Fórum de Diálogo IBAS

⁶ Ver o site do IPC-IG. Disponível em:

<http://www.ipcundp.org/pages/newsite/menu/about/introduction.jsp?active=0>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

⁷ Ver <http://south-south.ipc-undp.org/about-us>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

⁸ Ver <http://south-south.ipc-undp.org/partners>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013.

⁹ Quando a última reunião aconteceu no Brasil o BRIC ainda excluía a África do Sul. Apenas em 2011 a África do Sul uniu-se oficialmente ao Fórum formando o BRICS.

onde é responsável pela organização do Fórum Acadêmico do IBAS, uma plataforma especial engajada na troca de conhecimento e ideias entre acadêmicos e estudiosos dos três países participantes (Índia, Brasil e África do Sul) (IPC-IG 2010). O Centro organizou o Fórum Acadêmico do IBAS em 2010, quando o encontro do IBAS aconteceu em Brasília (IPC-IG 2010). No mesmo ano a reunião do BRIC acontecia em Brasília, enquanto o Centro organizava o *think tank* do BRIC¹⁰, uma plataforma para a troca de conhecimento entre *think tanks* e cientistas dos países do BRIC (CCTV 2010)¹¹. Durante os últimos anos, o Centro também se tornou parceiro do mecanismo institucional do G-20 dos países em desenvolvimento, contribuindo com sua experiência em pesquisa em proteção social e crescimento inclusivo para os grupos de trabalho do G-20 (IPC-IG 2012a, 9).

O IPC-IG como centro de pesquisa líder sobre política social no sul global

Conforme foi enfatizado, em 2012, pelo então diretor Rathin Roy, o Centro busca tornar-se o “principal centro de pensamento de política social relacionado ao Sul Global” (IPC-IG 2012a, 7). O sucesso internacional do Centro começou com sua própria pesquisa sobre o impacto do Programa Bolsa Família, o qual transformou o Centro em ponto de referência internacional para o compartilhamento de conhecimento sobre este programa (Entrevista, 27 de fevereiro de 2013).

Ao se engajar em atividades de compartilhamento de conhecimento com países africanos, americanos e asiáticos, o Centro tornou-se hábil a familiarizar-se com países de renda baixa e média do mundo em desenvolvimento através da história de sucesso brasileiro do Bolsa Família. Neste processo o Centro construiu forte experiência em pesquisa e a uma rede global sobre proteção social e transferência de renda com universidades, institutos de pesquisa, governos nacionais, mídia brasileira e internacional, organizações regionais na

¹⁰ Cada país do BRIC nomeia um de seus *think tanks* para organizar o seminário de *think tanks* como parte da reunião do BRIC. O governo brasileiro nomeou o IPEA, e como tal o IPC-IG, como o responsável pela organização do seminário durante a reunião do BRIC no Brasil (Entrevista, 27 de fevereiro de 2013).

¹¹ Neste seminário foram discutidos tópicos como o papel dos países do BRIC na governança de instituições globais, mudança climática e comércio internacional (Portal Brasil 2010).

África como a União Africana e organizações e agência internacionais através do seu Portal Aprendizado Sul-Sul de Proteção Social (IPC-IG 2012a; 2012b).

Desde 2009 o Centro tem expandido esta rede através de seu envolvimento no Fórum Acadêmico do IBAS, do seminário de *think tanks* do BRIC e dos grupos de trabalho do G-20. Baseando-se em sua função geral de plataforma de compartilhamento de conhecimento sobre esquemas de proteção social e transferência de renda e, dentro deste contexto, na disseminação global do sucesso do Programa Bolsa Família do Brasil. O Centro tornou-se importante instrumento no combate do Brasil à fome e pobreza, conforme um de seus representantes enfatizou:

“Nós [o Centro] temos sido um dos elementos. Eu não diria que o mais importante, mas nós temos trabalhado [...] no nível de atingir pessoas que não estariam tão dispostas a acreditar em discursos que não estivessem baseados em pesquisas acadêmicas fortes e robustas. Então, eu penso que isso faz o IPC [Centro Internacional de Política] diferente dos outros [institutos]. Mas, ao mesmo tempo, porque nós fazemos este tipo de trabalho, isso nos faz menos visíveis para políticos e para a grande política” (Entrevista, 27.Fev.2013).

A figura a seguir demonstra que o IPC evoluiu a um mecanismo internacional o qual estabeleceu importantes ligações com vários mecanismos de governança global relevantes para a estratégia internacional contra fome e pobreza do Brasil. Ironicamente, o governo brasileiro (na forma de Ministério das Relações Exteriores) não fez uso do Cento como instrumento para fortalecer ou legitimar o discurso oficial do governo quando o Centro foi estabelecido. Somente quando o Centro tornou-se influente por si próprio, como centro de pesquisa procurado por vários países latino-americanos e africanos, o governo começou a incorporá-lo na sua estratégia internacional para fome e pobreza, renovando o acordo de cooperação de 2009 e direcionando o foco da pesquisa além de países de baixa e média renda do mundo em desenvolvimento, em direção a outros países do BRIC.

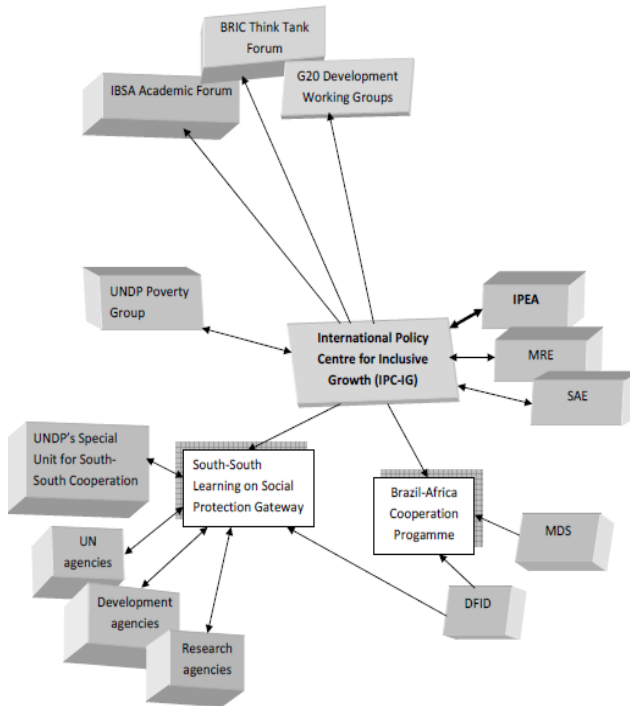


Figura 1: O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

3.2) O Centro de Excelência contra a Fome do PMA

O papel do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O Centro de Excelência foi lançado oficialmente em novembro de 2011, em Brasília, seguindo o acordo de cooperação entre o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos (PMA ou WFP, sigla em inglês) (WFP 2013, p.6). O Centro busca tornar-se referência global e uma plataforma de conhecimento sobre alimentação escolar, nutrição e segurança alimentar.

O atual diretor do Centro, Daniel Balaban, foi um dos principais formuladores da Estratégia Fome Zero do Brasil tendo o Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹² como responsável pela implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Entrevista, 01.Mar.2013). O principal ímpeto para o estabelecimento do Centro foi a experiência de Balaban como presidente do FNDE (2006-2011) e do sucesso da implementação do programa de alimentação escolar nas escolas brasileiras (Entrevista, 01.Mar.2013; FNE 2012):

A então diretora-executiva do PMA, Josette Sheeran, abraçou a ideia de Balaban e sugeriu que ele se tornasse o presidente do Centro devido sua própria experiência no âmago da implementação da Estratégia Fome Zero do Brasil (Entrevista, 1º de março de 2013). Josette Sheeran enfatizou que o Centro se encontrava em Brasília de maneira a beneficiar-se da experiência única do Brasil e seu sucesso como campeão global no combate à fome e pobreza:

“Como um campeão global no combate à fome, o Brasil tem uma rica experiência que pode ser compartilhada com governos sedentos para aprender como podem atingir este sucesso e adaptá-lo a seus próprios países [...]. O Centro de Excelência vai prover uma ponte Sul-Sul única para terminar com a fome. O Brasil levou o combate à fome a má-nutrição seriamente e está, agora, entre as nações que vencem a fome mais rápido do que qualquer outra na Terra. Vamos criar uma parceria para alavancar este sucesso a outras nações que buscam acabar com a fome e má-nutrição.” (WFP 2011)

O envolvimento do Centro no mundo em desenvolvimento

Desde o estabelecimento do Centro no final de 2011, o foco tem sido o de compartilhar conhecimento sobre os componentes do sucesso brasileiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Até o presente momento, dezoito países de todos os continentes do mundo em desenvolvimento têm pedido por auxílio do Centro, com muitos outros na longa lista de espera (Entrevista, 1º de março de 2013; WFP 2013). O Centro organiza uma reunião de alto nível de duas semanas com membros dos países interessados, em Brasília. Na primeira

¹² FNDE é uma agência autônoma ligada ao Ministério da Educação com a responsabilidade de melhorar a infraestrutura do sistema de educação do Brasil. Neste contexto, melhorando a qualidade das refeições escolares é uma de suas mais diversas tarefas.

semana estes membros são apresentados a representantes do Ministério das Relações Exteriores e de Ministérios envolvidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar como o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário ou o Ministério da Educação. Na segunda semana, os oficiais estrangeiros são convidados a uma visita de campo para falarem com os atores diretamente envolvidos na experiência brasileira, incluindo pequenos agricultores e representantes das municipalidades (Entrevista, 1º de março de 2013).

Depois destas duas semanas o Centro convida a missão estrangeira a definir um Plano de Ação incluindo aqueles elementos que eles consideram relevante ao contexto social particular de seu país. Balaban ressalta que o Centro não se via na posição de pressionar alguém a aceitar ou copiar o sucesso nacional do Brasil ainda que a fascinação internacional por esta história de sucesso tenha atribuído ao Centro o poder de fazê-lo (Entrevista, 1º de março de 2013). Para Balaban, a única condicionalidade que o Centro aceita solicitações se refere ao alto envolvimento e claro engajamento dos níveis políticos mais altos de um país (Entrevista, 1º de março de 2013).

Quando as missões retornam a seus respectivos países, eles submetem o Plano de Ação a mais discussões e o adaptam de acordo com suas próprias necessidades. Durante o processo de implementação que se segue, o Centro garante assistência via o respectivo escritório da PMA do país e consultores técnicos brasileiros de universidades brasileiras e institutos de pesquisa, os quais servem como pontos locais focais do Centro em terra (Entrevista, 1º de março de 2013). Além dos países de baixa e média renda da África, Ásia e Caribe envolvidos até agora, o Centro tem também cultivado sessões de *brainstorm* e de diálogo político com outras potências continentais emergentes como China, Índia e Rússia.

Desde 2012, o Centro tem se envolvido em desenvolver um programa muito mais ambicioso chamado Programa *Purchase from Africans for Africa* (PAA África) o qual se baseia no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Brasil), outro componente da Estratégia Fome Zero. Neste programa o Centro busca promover a aquisição local de alimentos e a agricultura familiar em dez países africanos, de maneira a fortalecer a agricultura familiar e pequenos

agricultores nestes países (Souza e Klug 2012, 16). Cinco países africanos – Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal – se beneficiarão da assistência humanitária, enquanto outros cinco países – Gana, Ruanda, Zimbábue, Quênia e Costa do Marfim – receberão assistência técnica. O Centro irá funcionar como principal coordenador do novo programa envolvendo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o departamento do Ministério das Relações Exteriores responsável por assistência humanitária (CGFome) em cooperação com a FAO e o Programa Compras para o Progresso (P4P) da PMA (Programa Mundial de Alimentação) (Souza e Klug 2012, 16).

Balaban destaca que, assim como no próprio Programa Fome Zero do Brasil, ambos os programas estão intimamente inter-relacionados e supostamente se complementam. A razão está na promoção da agricultura familiar para fortalecer a capacidade de pequenos agricultores de produzir produtos agrícolas para refeições escolares (Entrevista, 1º de março de 2013).

O Centro de Excelência Contra a Fome da PMA como novo mecanismo de governança global

Devido à assistência provida pelo Centro, vários países africanos – Moçambique, Malauí, Mali e Ruanda – já estão no processo de implementação de programas de alimentação escolar baseados na experiência brasileira (WFP 2013, 16). O Centro já estabeleceu estreitas ligações com organizações internacionais chave na governança global de segurança alimentar e, além de ser um nó de passagem crucial no combate do Brasil à fome e pobreza, o Centro está também se tornando um significativo mecanismo de governança global para segurança alimentar.

Na figura a seguir, os parceiros-chave (↔) do Centro de Excelência do PMA são o PMA com seus Escritórios Nacionais (WFP COs), o britânico DFID e os brasileiros FNDE e ABC. Dependendo dos projetos do Centro, outros parceiros (↔) são envolvidos, como a FAO ou outros ministérios brasileiros e agências, dos quais os mais relevantes são Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o departamento do Ministério das Relações Exteriores responsável por ajuda humanitária (CGFome).

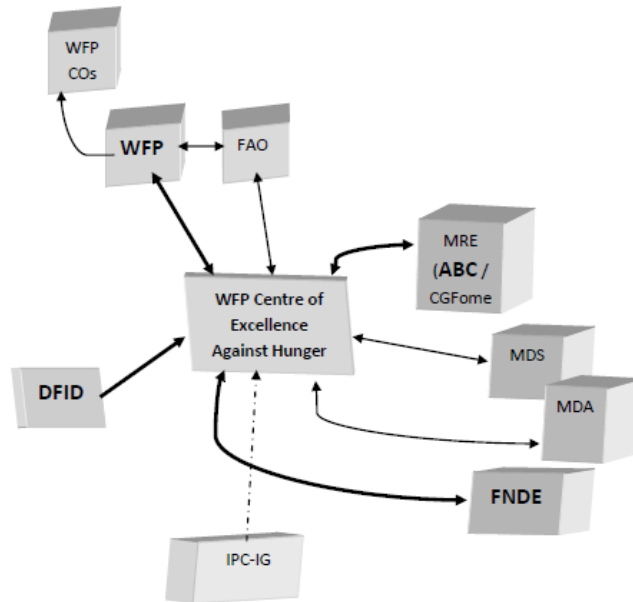


Figura 2:¹³ O Centro de Excelência Contra a Fome da PMA

Sua missão e razão são totalmente baseadas no sucesso da Estratégia Fome Zero, a qual tornou o Centro não só possível de início, mas também atrativo para países em desenvolvimento em todo mundo como uma plataforma para aprendizagem sobre o programa de alimentação escolar e de aquisição de alimentos. Balaban colocou nas seguintes palavras:

“Eu acho que essa ideia consolidada [Estratégia Fome Zero] criou um merchandising com o resultado que o Brasil tornou-se o centro [de atração], não menos importante por causa dos resultados [...]. Quando eles [outros governos] olharam os resultados, eles queriam entender a política pública por detrás.” (Entrevista, 1º de março de 2013)¹⁴.

¹³ Baseado no site da PMA internacional (WFP 2013).

¹⁴ Tradução do português pelo autor.

Assim, Balaban indiretamente destaca o importante papel do IPC-IG, o qual, em primeiro lugar, publicou os resultados de sucesso do Fome Zero e tornou o mundo consciente desta história de sucesso impressionante. Hoje, é também o IPC-IG que publica o possível impacto e resultados do programa realizado pelo Centro do PMA¹⁵. Ainda que não exista nenhum relacionamento oficial entre esses dois centros em Brasília, o Centro do PMA pode tirar vantagem do IPC-IG como uma saída para publicações baseadas em pesquisas sobre o desenvolvimento e sucesso de seus programas e se promover entre parceiros do IPC-IG no mundo (--->).

3.3) O Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza

O Fundo IBAS foi lançado em 2004, seguindo o anúncio de Lula da Silva na 58ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2003, da criação de um fundo global para o combate à fome e pobreza (ABC 2012). O Fundo emergiu do Fórum de Diálogo IBAS, um mecanismo de Cooperação Sul-Sul de três países estabelecido em 2003, através da Declaração de Brasília (IBAS 2010). O Fundo¹⁶ une Índia, Brasil e África do Sul para reforçar a luta contra a fome e a pobreza no mundo em desenvolvimento e fortalecer a Cooperação Sul-Sul nas áreas de desenvolvimento.

Já que o Fundo é oficialmente administrado pela UNDP, seu quadro institucional é localizado na ONU em Nova Iorque. A Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul da UNDP atua tanto como administradora do Fundo, quanto secretaria do conselho de administração. O Conselho de Administração, compreendido pelos embaixadores da ONU de cada um dos três países, atua como órgão executivo do Fundo de acordo com a direção estratégica dos projetos selecionados.

O Fundo era percebido tanto como um sucesso que recebeu o Prêmio Parceira Sul-Sul da ONU, em 2006, e o Prêmio Metas de Desenvolvimento do Milênio por ter contribuído significativamente para a Cooperação Sul-Sul e para as metas de desenvolvimento do milênio (IBAS 2010; MRE 2010). Até agora,

¹⁵ IPC-IG publicou uma primeira análise do lançamento do Programa PAA em 2012 em sua publicação *Poverty in Focus* (Pobreza em Foco, em português) e está prestes a publicar uma análise adicional do desenvolvimento deste programa em 2013 (Entrevista, 26 de fevereiro de 2013).

¹⁶ Ver o site oficial: <http://tcd2.undp.org/IBSA/about/about.html>. Acesso em: 09 de março de 2013.

quinze projetos foram aceitos pelo Fundo, em uma base orientada pela demanda dos quais cinco já foram completados, quatro foram recentemente aprovados e mais seis ainda estão em andamento (IBSA 2011)¹⁷. O Fundo confronta a fome e a pobreza por ter aceitado projetos locais em uma variedade de áreas temáticas como agricultura, gerenciamento de lixo e saúde como as áreas mais importantes. A maioria dos projetos está localizada na África (45,4%) e América Latina (22,3%), enquanto o foco está particularmente em países menos desenvolvidos (73,7%) (IBAS 2011, 5).

3.4) O Fundo Brasil-FAO

Em 2005, Lula da Silva junto com os chefes de Estado e governo do Sistema de Integração Centro-americana – SICA – concordaram em propor a ONU, em Nova Iorque, e a FAO, em Roma, o lançamento de uma iniciativa para a América Latina sem fome (SICA 2005). O Escritório regional da FAO para América Latina e o Caribe assumiu o papel de coordenador da iniciativa que tem o objetivo de erradicar a fome na América Latina e no Caribe até 2025¹⁸. Esse objetivo geral é perseguido através da concentração em medidas de criação de capacidade, elevando o perfil da luta contra a fome e o direito a alimentação na agenda dos governos e das organizações internacionais nos níveis nacional, regional e global, e monitorando a situação da segurança alimentar nos países da América Latina auxiliados por governos nacionais, atores do setor privado e da sociedade civil (FAO 2007, 2).

De maneira a executar os objetivos definidos na agenda da iniciativa, a FAO, junto com o governo brasileiro – representado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Pesca e Agricultura (MPA) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) –, lançou em 2008 o Fundo Brasil-FAO, coordenado pelo escritório regional da FAO para América Latina e o Caribe (Marco Estratégico s.d.).

¹⁷ Para panorâmica detalhada dos projetos ver IBSA 2011.

¹⁸ Para mais informações ver: <http://www.rlc.fao.org/proyectooiniciativa/iniciativa.html>. Acesso em: 05 de março de 2013.

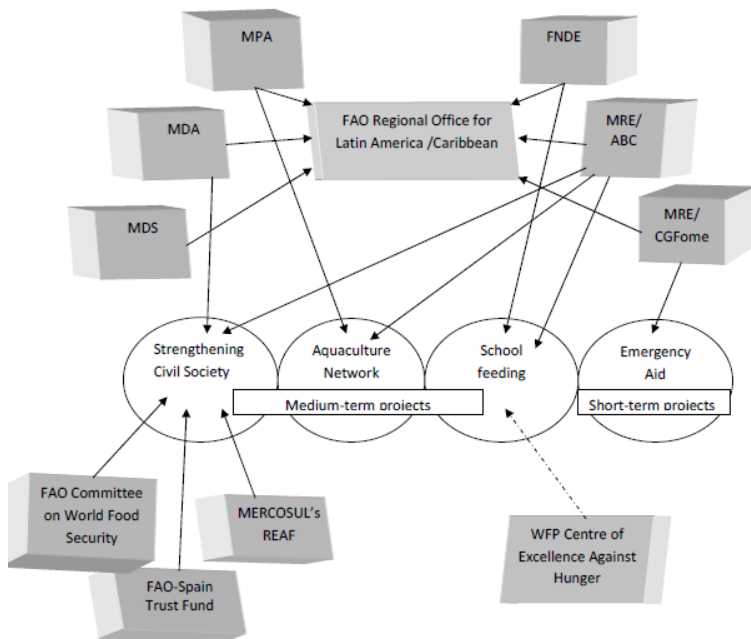


Figura 3: O Fundo Brasil-FAO¹⁹

Todo o Fundo é coordenado através do escritório regional da FAO para América Latina e Caribe, em Santiago do Chile, apoiado por um time de técnicos de consultores e coordenadores dos ministérios brasileiros participantes (Marco Estratégico s.d., 6-7). O escritório regional da FAO também recebe suporte do escritório sub-regional para América Central, no Panamá, se os projetos forem implementados em países da América Central, e do oficial para o Brasil e América Latina, na central da FAO, em Roma (Marco Estratégico s.d., 7).

Os projetos do fundo são implementados em quatro grandes áreas: assistência humanitária/ ajuda emergencial, alimentação escolar, fortalecimento da sociedade civil, e fortalecimento/ consolidação da rede de aquicultura nas

¹⁹ Modelo desenvolvido com ajuda do site oficial do Programa de Cooperação Brasil-FAO. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/es/programabrasilfao/>. Acesso em: 05 de março de 2013.

Américas. Representantes brasileiros dos ministérios participantes (MDS, MDA, MPA) e agências/departamentos (FNDE, ABC, CGFome) dão suporte tanto ao escritório regional da FAO, quanto ao processo de implementação dos projetos. Enquanto representantes do MRE/CGFome contribuem para projetos de curta duração em ajuda emergencial, representantes do MPA auxiliam nos projetos de fortalecimento da rede de aquicultura nas Américas, e representantes do MDA apoiam os projetos envolvendo o fortalecimento da sociedade civil. Os projetos na Área de alimentação escolar, fortalecimento da sociedade civil e aquicultura são apoiados financeiramente pela ABC, enquanto o FNDE contribui com fontes financeiras para a realização dos projetos de alimentação escolar. Através da implementação dos projetos os representantes brasileiros são também apoiados pelos representantes da FAO nos respectivos países, por oficiais dos governos locais, ONGs e organizações regionais. Projetos de curto prazo de dimensão humanitária têm acontecido em vários países da África e América Latina e o Caribe, enquanto os de média duração têm se concentrado na criação de capacidade, compartilhamento de conhecimento e política de diálogo nos países latino-americanos²⁰.

Em 2009, a FAO estabeleceu a iniciativa para a América Latina sem fome como enquadramento estratégico para todos os projetos da FAO, na América Latina, para o combate à fome e pobreza, ligando o Fundo Brasil-FAO ao Fundo Espanha-FAO, criado em 2006 entre a Espanha e a FAO na área de segurança alimentar, agricultura familiar e desenvolvimento rural²¹. Neste sentido, a iniciativa, iniciada por Lula da Silva, tornou-se uma ponte entre o Fundo Brasil-FAO e outros atores e órgãos importantes da FAO, reforçando o compromisso demandado por Lula da Silva e pelo papel ativo do Brasil no combate global à fome e pobreza.

Nos projetos de fortalecimento do diálogo entre FAO, governos e sociedade civil na América Latina²², o Brasil se envolve através de seu

²⁰Para maior informação sobre esses projetos ver: <http://www.rlc.fao.org/es/programabrasilfao/proyectos/>. Acesso em: 04 de maio de 2013.

²¹Para mais informações sobre o Fundo entre Espanha e FAO ver: <http://www.rlc.fao.org/fondo/>. Acesso em: 04 de maio de 2012.

²² Países beneficiários são: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana (FAO 2012a).

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Devido a importância do assunto para os atores da sociedade civil do Comitê da FAO de Segurança Alimentar Mundial, o programa é ligado a agenda do Comitê. O Fundo Espanha-FAO está envolvido em contribuir para os esforços de criação de capacidade das organizações rurais civis, e em assistir no estabelecimento de políticas públicas para agricultura familiar. O programa também coopera com o Mercosul através da REAF (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul)²³, a reunião especial sobre agricultura família dos países membros do Mercosul.

O programa de alimentação escolar para os países latino-americanos²⁴ tem sido pesadamente apoiado pelo FNDE e seu então diretor, Daniel Balaban. Através do envolvimento de atores de todos os governos, do mais alto nível, e uma grande gama de atores da sociedade (OSCs, instituições de pesquisa, professores, educadores, etc.) do país beneficiário, o programa busca dividir o conhecimento brasileiro e construir uma rede de conhecimento e informação.

O Centro de Excelência Contra a Fome da PMA não tem nenhum tipo de relacionamento oficial com o Programa Brasil-FAO. Contudo, dado que Centro da PMA é automaticamente consultado pelo Ministério das Relações Exteriores em todas as relações do Brasil com outros países na questão da alimentação escolar (Entrevista, 1º de março de 2013), ele contribui com seu conhecimento para os projetos de alimentação escolar levados sob o guarda-chuva do programa de cooperação Brasil-FAO (- - - - ▶).

Na Terceira área, ajuda emergencial, o departamento do Ministério das Relações Exteriores, CGFome, tem se envolvido ativamente em prover assistência humanitária a países da América Latina e Caribe e África²⁵. Através

²³ O REAF foi lançado em 2004 pelos Ministérios brasileiros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Agrário para servir os Estados-membro do Mercosul como plataforma para o fortalecimento da agricultura familiar na região do Mercosul. Como um de seus resultados mais recentes dessas reuniões, os países do Mercosul estabeleceram um fundo, em 2008, para financiar projetos e programas voltados a agricultura familiar. Dentro desse quadro, os Estados-membro do Mercosul começaram um programa de cooperação com a FAO, no início de 2013, com o objetivo de promover política públicas sobre agricultura familiar na área do Mercosul (FAO 2013; MRE 2008; REAF 2008a; REAF 2008b).

²⁴ Os países beneficiados são: Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e a República Dominicana (FAO 2012b).

²⁵ Guatemala, Chile, Haiti, Congo, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola, Paraguai, Bolívia e Nicarágua (FAO 2012c).

de contribuições para a reconstrução de infraestrutura (escolas, hospitais, centros comunitários, etc.) afetados por catástrofes ou cooperando para a aquisição de alimentos, água e outras necessidades básicas.

Na quarta área, o Ministério da Pesca e Agricultura (MPA) do Brasil está engajado em contribuir para a consolidação de uma rede de aquicultura das Américas. Fora essas quatro áreas principais, novas iniciativas brasileiras têm resultado em novos programas de cooperação com a FAO.

Em visita a Brasília, no final de 2012, o atual representante regional da FAO para América Latina e Caribe, Raúl Benítez, enfatizou que a razão chave para a cooperação entre FAO e Brasil está em dividir o sucesso da experiência do Brasil no combate à fome e pobreza, de maneira a ajudar o desenvolvimento de outros países na América Latina e no Caribe (FAO 2012d). Nem o Brasil, nem a FAO, contudo, tem a intenção de simplesmente copiar o modelo do Brasil. Hélder Muteia, o representante brasileiro na FAO entre 2010 e 2012, enfatizou que a FAO busca aprender da experiência brasileira de forma a adaptar os diferentes componentes da Estratégia Fome Zero a realidades que são bastante diferentes da brasileira (Savanachi 2010).

Conclusão

O Brasil se engajou na luta global contra a fome e a pobreza através da construção de quatro nós principais, em parceria com várias organizações internacionais (UNDP, PMA e FAO). Por um lado, o governo brasileiro lançou dois centros que difundiram globalmente o conhecimento brasileiro em diferentes planos.

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, devido sua capacidade como centro de pesquisa sobre pobreza, tornou outros países e organizações conscientes dos impressionantes resultados dos vários programas da Estratégia Fome Zero do Brasil e contribuiu na legitimação deste modelo baseado em pesquisas sérias e competentes. O IPC-IG tem estabelecido uma rede vasta no mundo em desenvolvimento com governos nacionais, instituições de pesquisa e organizações regionais e internacionais.

O Centro de Excelência Contra a Fome do PMA representa um nó que se foca na divulgação do conhecimento de programas específicos da Estratégia Fome Zero, os quais são, até agora, o Programa de Alimentação Escolar e o

Programa de Aquisição Alimentar. Junto com a FAO, o PMA e outras instituições doadoras, o Centro vê seu diferencial na área de cooperação técnica através do engajamento direto de governos de países em desenvolvimento com estes programas e ajudando a lançar programas similares nos seus respectivos países. Ainda, o Centro do PMA não é apenas um nó importante para o Brasil, mas um nó essencial nos mecanismos de governança global para segurança alimentar, no caminho de tornar-se um ponto de referência mundial para soluções de longa duração e políticas públicas testadas com sucesso no combate à fome.

Por outro lado, o Brasil criou dois fundos que concentram uma considerável quantidade de recursos no engajamento em esforços de cooperação técnica baseado nos programas e na razão da Estratégia Fome Zero. O Fundo IBAS se concentra os recursos financeiros e institucionais da UNDP, Brasil, Índia e África do Sul, enquanto o Fundo FAO combina o conhecimento brasileiro com a infraestrutura institucional da FAO. Ambos difundem o conhecimento do Brasil através de projetos de curta e longa duração específicos, no mundo em desenvolvimento, em particular na América Latina e África.

Todos os quatro nós dividem uma maneira de pensar particular baseada na transferência de conhecimento em relação a Estratégia Fome Zero. Eles concentram um conjunto específico de métodos e tecnologias todos baseados nas experiências de sucesso do Brasil no seu combate nacional à fome e pobreza. Eles concentram os recursos financeiros do Brasil e outros atores na governança global de segurança alimentar comprometidos para a erradicação da pobreza e fome. E eles dependem de um quadro institucional – um centro de pesquisa, um centro de excelência contra a fome e dois fundos – o que permite que esses nós divulguem a Estratégia Fome Zero pelo mundo. Junto com essas quatro características principais, todos os quatro nós representam parcerias entre o Brasil e organizações internacionais que facilitam a integração profunda e rápida aos mecanismos de governança global de segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

- Entrevista com um representante do Centro de Política Internacional para o Crescimento Inclusivo, 27 de fevereiro de 2013, Brasília.
- Entrevista com Daniel Balaban, 1º de março de 2013, Brasília.
- Entrevista com um representante da Oxfam Brazil, 12 de março de 2013, Brasília.
- ABC. 2012. “Cooperação Sul-Sul: IBAS”, Disponível em: http://sv51.dna.com.br/abc/webforms/interna.aspx?secao_id=86 Acesso em 03 de maio de 2012.
- ActionAid. 2009. “Who’s really fighting hunger? ActionAid’s HungerFREE scorecard investigates why a billion people are hungry”. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/22625152/Hunger-Free-Scorecard-Actionaid-2009-1>. Acesso em 02 de setembro de 2011.
- _____. 2010. “Who’s really fighting hunger? Why the world is going backwards on the goal to halve hunger and what can be done”. Disponível em: <http://www.actionaid.org/sites/files/actionaid/actionaid-scorecard-report-2010.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2011.
- Balaban, Daniel. 2012. “Centro de Excelência contra el Hambre”. Disponível em: http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_expertos/Apresentaciones/PMA-Brasil_Centro_de_Excelencia_Contra_El_Hambre_-_11-09-2012.pdf. Acesso em 04 de março de 2013.
- Burris, Scott; Drahos, Peter; e Clifford Shearing. 2005. “Nodal Governance”, *Australian Journal of Legal Philosophy* 30: 30-58.
- Castells, Manuel (ed.). 2004. *The Network Society: A Cross-cultural Perspective*, Northampton: Edward Elgar.
- CCTV. 2010. “BRIC-think tank seminar begins in Brasilia”, 15 de abril. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pressroom/pdf/IPCPressroom306.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- FAO. 2007. “Plan de Acción. Iniciativa América Latina y Caribe sin Hambre”, Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/proyectoiniciativa/pdf/planaccion.pdf>. Acesso em 06 de março de 2013.
- _____. 2010. “Brasil y FAO apoyan el fortalecimiento de Fondos de alimentación escolar en América Latina”, 18 de novembro. Disponível

- em: <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/sala-de-imprensa/noticias/apoyo-fortalecimiento-fondos-alimentacion-escolar-alc/>. Acesso em 04 de março de 2013.
- _____. 2012a. “Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO: Fortalecimento do Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil”. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/projetos/fortalecimento-da-sociedade-civil/>. Acesso em 05 de março de 2013.
- _____. 2012b. “Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO: Fortalecimento dos programas de alimentação escolar no âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025”. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/projetos/alimentacao-escolar/>. Acesso em 05 de março de 2013.
- _____. 2012c. “Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO: Cooperação Humanitária da Republica Federativa do Brasil”. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/projetos/cooperacao-humanitaria/>. Acesso em 05 de março de 2012.
- _____. 2012f. “FAO: experiência brasileira na Cooperação Sul-Sul é estratégica na luta contra a fome na América Latina e Caribe”, 29 de outubro. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/sala-de-imprensa/noticias/fao-experiencia-brasileira-na-cooperacao-sul-sul-e-estrategica-na-luta-contra-a-fome-na-america-latina-e-caribe/>. Acesso em 05 de março de 2013.
- _____. 2013. “Mercosur y FAO crean nueva alianza para apoyar a la agricultura familiar”, 28 de fevereiro. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/en/press/news/mercosur-y-fao-crean-nueva-alianza-para-apoyar-a-la-agricultura-familiar/>. Acesso em 05 de março de 2013.
- FNDE. 2012. “Presidentes”. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional/quem-somos/presidentes>. Acesso em 03 de março de 2013.
- Hein, Wolfgang; Burris, Scott; e Clifford Shearing. 2009. “Conceptual Models for Global Health Governance”. In *Making Sense of Global Health Governance. A Policy Perspective*, editado por Kent Buse, Wolfgang Hein e Nick Drager. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- IBSA Trust Fund. Official Website. Disponível em: <http://tedc2.undp.org/IBSA/about/about.htm>. Acesso em 03 de maio de 2012.

- IBSA. 2010. “The IBSA Fund”, 13 de janeiro. Disponível em: http://www.ibsa-trilateral.org/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=79. Acesso em 03 de maio de 2012.
- _____. 2011. “2011 Annual Report. Project Portfolio Overview”. Disponível em: <http://tcdc2.undp.org/ibsa/Upload/IBSAReport.pdf>. Acesso em 19 de março de 2013.
- Ikenberry, John; e Thomas Wright. 2008. *Rising Powers and Global Institutions*, Nova Iorque: The Century Foundation.
- IPC-IG. Official Website. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/>. Acesso em: 05 de março de 2013.
- IPC-IG. 2008. “Africa-Brazil Cooperation Programme on Social Development”, Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/ipc/PageAfrica-Brazil.do?id=15>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- _____. 2010. “IBSA Academic Forum”. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/ipc/HomeIBSA.do>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- _____. 2012a. “The Social Policy Brand in the South: The Consolidation of IPC-IG’s Social Protection Portfolio”. Disponível em: <http://de.slideshare.net/ipcig/social-protection-ipc-igpresentation-itamaraty#btnPrevious>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- _____. 2012b. “Strengthening the Voices of the Global South on Development”. Disponível em: <http://de.slideshare.net/ipcig/inclusive-growth-the-voices-of-the-south-on-development>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- International Poverty Centre – IPC. 2008. “Brazil & Africa Newsletter”. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCNewsletter1.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- Marco Estratégico. s.d.. “Fondo de Cooperación Técnica Brasil-FAO. Marco Estratégico para la Acción”. Disponível em: http://www.fao.org/alc/file/media/proy/p_brasil/me_programa_brasil.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2012.
- Memorandum of Understanding between UNDP and the Brazilian government. 2009. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pressroom/files/ipc103.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- MDS. 2008. “The Brazilian Social Protection Policies and Experience, and the Developing South to South Cooperation”. Disponível em: http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/BRAZIL-MDS.pdf. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.

- Ministério de Relações Exteriores – MRE. 2002. “Criação do Centro Internacional para Políticas de Redução da Pobreza (Acordo entre o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento - PNUD e o Governo Brasileiro)”, Nota N° 197. Disponível em: <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2002/02/criacao-do-centro-internacional-para-politicas-de>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- _____. 2008. “Fundo da Agricultura Familiar (FAF) do Mercosul”, CMC 45/08. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/fundo-da-agricultura-familiar-faf-do-mercosul-dec-cmc-no-45-08/>. Acesso em 05 de março de 2013.
- _____. 2010. “Fundo IBAS recebe o prêmio ‘Millennium Development Goals’/ IBSA Fund receives ‘Millennium Development Goals’ Award”, 21 de setembro. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/fundo-ibas-recebe-o-premio-2010millennium-development-goals2010d>. Acesso em 03 de maio de 2012.
- Portal Brasil. 2010. “Think-Tank Seminar to discuss BRIC role in the post-crisis”. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/news/history/2010/04/14/think-tank-seminar-to-discuss-bric-role-in-the-post-crisis/newsitem_view?set_language=en. Acesso em 27 de fevereiro de 2013.
- REAF. 2008a. “Histórico”. Disponível em: <http://www.reatmercosul.org/reat/sobre/historico>. Acesso em 05 de março de 2013.
- _____. 2008b. “Consolidação da REAF”. Disponível em: <http://www.reatmercosul.org/reat/sobre/consolidacaoreaf>. Acesso em 05 de março de 2013.
- Savanachi, Eduardo. 2010. “Entrevista”. *Dinheiro Rural* 73. Disponível em: <http://revistadinheirorural.terra.com.br/secao/entrevista/193814-entrevista>. Acesso em 07 de março de 2013.
- SICA. 2005. “Reunión de los Jefes de Estado y de Gobierno del Sistema de la Integración Centroamericana y la República Federativa de Brasil”, 13 de setembro. Disponível em: <http://www.sieca.int/site/VisorDocs.aspx?IDDOC=Cache/17990000000984/17990000000984.swf>. Acesso em 06 de março de 2013.
- Souza, Darana; e Israel Klug. 2012. “A Multidimensional Approach to Food Security: PAA Africa”. *Poverty in Focus – The Role of South-South*

Cooperation in Inclusive and Sustainable Agricultural Development 24: 16-18.

- UN Brazil. 2011. “Brasil e Programa Mundial de Alimentos inauguram Centro de Excelência Contra a Fome”, 07 de novembro. Disponível em: <http://www.onu.org.br/brasil-e-programa-mundial-de-alimentos-inauguram-centro-de-excelencia-contra-a-fome/>. Acesso em 20 de março de 2012.
- UNDP. 2012. “Rio+20 Legacy: World Centre for Sustainable Development launched by Brazil and UNDP”. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/pressreleases/2012/06/22/rio-20-legacy-world-centre-for-sustainable-development-launched-by-brazil-and-undp.html>. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.
- WFP. 2011. “Brazil and WFP launch The Centre of Excellence Against Hunger”, 07 de novembro. Disponível em: <http://www.wfp.org/news/news-release/brazil-and-wfp-launch-centre-excellence-against-hunger>. Acesso em 27 de abril de 2013.
- _____. 2013. “Centro de Excelência contra a Fome: Relatório Annual 2012”, Disponível em: <http://www.wfp.org/content/relat%C3%B3rio-anual-2012-do-centro-de-excel%C3%Aancia>. Acesso em 04 de março de 2013.

RESUMO

O Programa Fome Zero do Brasil é hoje visto como um modelo internacional na luta global contra a fome e a pobreza. Analisarei os mecanismos criados pelo Brasil a fim de permitir que outros governos e organizações internacionais se beneficiem da experiência adquirida pelo Brasil durante o Programa Fome Zero. Baseado no conceito teórico de “governança nodal”, descreverei quatro desses mecanismos globais de governança (o Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo, o Centro de Excelência contra a Fome do PMA, o Fundo IBAS e o Fundo Brasil-FAO) como laços essenciais que ajudaram 1) a reforçar o exercício da influência brasileira na sua luta internacional contra a fome e a pobreza e 2) a reforçar a governança global da segurança alimentar. Esta análise demonstra como o Brasil foi capaz de incrementar seu perfil como um líder do combate à fome e à pobreza no Sul Global.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil; Governança Global; Sul Global.

*Recebido em 1º de junho de 2013.
Aprovado em 30 de julho de 2013.*

Traduzido por Luísa Calvete Barbosa